

BERNARDO STROBEL GUIMARÃES

O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
ADMINISTRATIVA E O DIREITO
PRIVADO

Belo Horizonte

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

2021

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio eletrônico, inclusive por processos xerográficos, sem autorização expressa do Editor.

Conselho Editorial

Adilson Abreu Dallari	Floriano de Azevedo Marques Neto
Alécia Paolucci Nogueira Bicalho	Gustavo Justino de Oliveira
Alexandre Coutinho Pagliarini	Inês Virginia Prado Soares
André Ramos Tavares	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Carlos Ayres Britto	Juarez Freitas
Carlos Mário da Silva Velloso	Luciano Ferraz
Cármen Lúcia Antunes Rocha	Lúcio Delfino
Cesar Augusto Guimarães Pereira	Marcia Carla Pereira Ribeiro
Clovis Beznos	Márcio Cammarosano
Cristiana Fortini	Marcos Ehrhardt Jr.
Dinorá Adelaide Musetti Grotti	Maria Sylvia Zanella Di Pietro
Diogo de Figueiredo Moreira Neto (<i>in memoriam</i>)	Ney José de Freitas
Egon Bockmann Moreira	Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho
Emerson Gabardo	Paulo Modesto
Fabício Motta	Romeu Felipe Bacellar Filho
Fernando Rossi	Sérgio Guerra
Flávio Henrique Unes Pereira	Walber de Moura Agra

FÓRUM

CONHECIMENTO JURÍDICO

Luis Cláudio Rodrigues Ferreira
Presidente e Editor

Coordenação editorial: Leonardo Eustáquio Siqueira Araújo
Aline Sobreira de Oliveira

Av. Afonso Pena, 2770 – 15º andar – Savassi – CEP 30130-012
Belo Horizonte – Minas Gerais – Tel.: (31) 2121.4900 / 2121.4949
www.editoraforum.com.br – editoraforum@editoraforum.com.br

Técnica. Empenho. Zelo. Esses foram alguns dos cuidados aplicados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de impressão, digitação ou mesmo restar alguma dúvida conceitual. Caso se constate algo assim, solicitamos a gentileza de nos comunicar através do *e-mail* editorial@editoraforum.com.br para que possamos esclarecer, no que couber. A sua contribuição é muito importante para mantermos a excelência editorial. A Editora Fórum agradece a sua contribuição.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com a AACR2

G963e	Guimarães, Bernardo Strobel O exercício da função administrativa e o Direito Privado/ Bernardo Strobel Guimarães.– Belo Horizonte : Fórum, 2021. 203 p.; 14,5cm x 21,5cm. ISBN: 978-85-450-0746-3 1. Direito Administrativo. 2. Teoria Geral do Direito Administrativo. 3. Direito Privado. I. Título. CDD: 341.3 CDU: 342.9
-------	--

Elaborado por Daniela Lopes Duarte - CRB-6/3500

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2018 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

GUIMARÃES, Bernardo Strobel. *O exercício da função administrativa e o Direito Privado*. Belo Horizonte: Fórum, 2021. 203 p. ISBN 978-85-450-0746-3.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
------------------	----

CAPÍTULO I

DIREITO ADMINISTRATIVO E DIREITO PRIVADO:

APROXIMAÇÕES E AFASTAMENTOS.....	17
1.1 Direito Privado e Direito Administrativo, início de uma crônica	17
1.2 Direito Antigo, Estado de Polícia	21
1.3 Origem do Direito Administrativo e suas características fundamentais.....	27
1.3.1 O Direito Administrativo francês – apontamentos gerais.....	29
1.3.2 O Direito Administrativo alemão – apontamentos gerais.....	36
1.4 Concepções do Direito Administrativo e o Direito Privado: a questão da exorbitância.....	39
1.5 O Direito Privado na gênese do Direito Administrativo	46
1.6 O Direito Privado como direito residual.....	50
1.7 O Estado Social e a sua revolução.....	54
1.8 O Estado Pós-Social: o recrudescimento da revolução.....	60

CAPÍTULO II

FUNÇÃO ADMINISTRATIVA: CONCEITO, CARACTERÍSTICAS E
POSIÇÃO CONSTITUCIONAL

2.1 A função administrativa	67
2.2 A função administrativa dentro das tarefas do Estado.....	69
2.3 O conteúdo da função administrativa.....	75
2.4 A função administrativa como atividade orientada a um fim.....	86
2.5 Função administrativa e regime de direito administrativo.....	92
2.6 Função administrativa na Constituição de 1988	108

CAPÍTULO III

O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO ADMINISTRATIVA POR VIAS DE
DIREITO PRIVADO.....

3.1 O Direito Privado como via secundária para a Administração Pública – a posição tradicional	119
3.2 As tensões elementares: publicização do Direito Privado e fuga do Direito Administrativo.....	126
3.3 A divisão como fenômeno meramente descritivo: o pensamento de Charles Eisenmann	131

3.4	A propósito de uma síntese entre as visões descritivas e prescritivas.....	139
3.5	Limites e possibilidades da utilização pela Administração do Direito Privado e as vinculações públicas a que ele se sujeita	147
3.6	Justificativas para a utilização do Direito Privado pela Administração: o domínio econômico e a eficiência	158
3.7	A capacidade de a Administração agir segundo modelos privados: a superação da tipicidade das formas do agir administrativo.....	165
CONCLUSÕES.....		185
REFERÊNCIAS.....		197